



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho

Brasil

AURELL, Jaume

Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel

História (São Paulo), vol. 33, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 340-364

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221031471016>

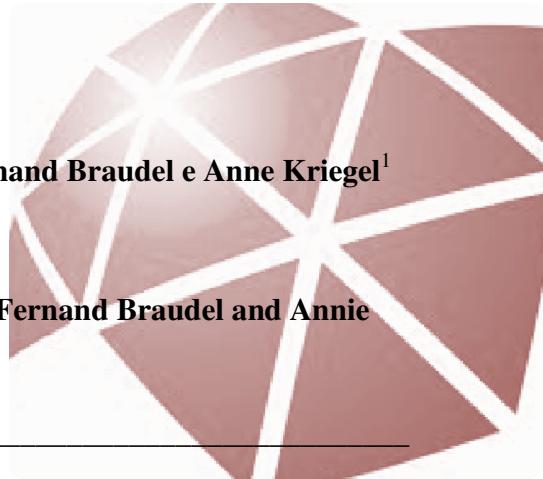
- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Autobiographical texts as historiographical sources: rereading Fernand Braudel and Annie Kriegel



Jaume AURELL
Universidade de Navarra, Navarra, Espanha

Tradução: **Wilton C. L. SILVA**
Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil
Contato: wilton@assis.unesp.br

Apresentação

Entendo por biografismo as manifestações narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação por meio do romance histórico, das narrativas pessoais (autobiografias, memórias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas.

O biografismo, as práticas inseridas na escrita biográfica, já foi definido como a “história de uma só pessoa” e ainda recebe reticências e reservas de alguns historiadores, como se falar de indivíduos fosse calar sobre assuntos mais urgentes e grandes injustiças.

No entanto, a biografia enquanto relato é o resultado de memórias (ou mesmo esquecimentos) coletivas, individuais e sociais, constantemente negociadas e processadas, com vínculos com mitos, saberes, fazeres e tradições que se corporificam a partir de relações particulares com o tempo e o espaço, que não são simplesmente atos de resgate, mas de reconstrução do passado a partir de referenciais atuais.

Dentro desse universo, as situações nas quais narrador e personagem são a mesma pessoa caracterizam a expressão literária da autobiografia, cuja manifestação entre historiadores é também chamada de ego-história, situação na qual a identidade autor-narrador rompe com as instâncias dicotômicas que, mesmo com ressalvas, caracterizam os gêneros ficcionais.

Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel

Indicador relevante da legitimidade ou do prestígio da biografia e da autobiografia no interior das fronteiras das diferentes áreas das ciências humanas seria o volume da produção desse tipo de narrativa em relação à sua produção bibliográfica, à presença desse enfoque entre os autores que formam o seletivo grupo que constitui o cânone (nesse território que envolve tanto os clássicos quanto alguns contemporâneos) e, mais particularmente, à forma como a narrativa biográfica e autobiográfica é utilizada na construção da memória interna de seus grupos.

Na tradição historiográfica brasileira são raríssimos os textos autobiográficos, exceto por algumas entrevistas, publicadas em revistas acadêmicas, em suplementos culturais ou coletâneas específicas, além dos memoriais acadêmicos, como exigência de alguns concursos públicos.

No Brasil, enquanto obras autobiográficas, portanto, textos de maior extensão e que cobrem dimensões públicas e privadas das vidas de historiadores, temos somente dois destaques: Nelson Werneck Sodré, com *Memórias de um soldado* (1967), *Memórias de um escritor* (1970), republicado em 1988 com o título *Defesa da Cultura, A Luta pela Cultura* (1990), *A ofensiva reacionária* (1992) e *A fúria de Calibã* (1994), e Bóris Fausto, com *Negócios e ócios* (1997) e *Memórias de um historiador de domingo* (2010).

O texto de Jaume Aurell, que analisa relatos biográficos de dois grandes historiadores franceses, Fernand Braudel e Annie Kriegel, serve como contraponto que torna visível um campo inexplorado e suas possibilidades na historiografia como um todo e na brasileira, em particular.

Tradução

Recentes abordagens críticas sobre histórias de vida destacam a forma como autobiografias começam a ser escritas e utilizadas para a expansão do número de escritores pelas diversas esferas culturais e profissionais, assim como uma forma renovada de estruturar a autorrepresentação. Hoje são publicadas autobiografia de imigrantes, políticos, sobreviventes de experiências traumáticas, ex-presidentes e suas esposas, CEOs de empresas e, curiosamente, de historiadores. Com efeito, o número crescente de autobiografias escritas por acadêmicos, que tradicionalmente se utilizam de uma racionalidade e de discursos dominados pelo desejo de objetividade e de ponderação, nos obriga a reconsiderar, como objeto de análise, o lugar da escrita autobiográfica no interior da produção acadêmica.

Neste contexto epistemológico, o aumento significativo de escritos autorreflexivos (memórias e biografias) de historiadores leva-nos a considerar a possibilidade de uma "onda autobiográfica" entre os

pesquisadores da área a partir de 1970, quando passam a utilizar abordagens históricas e historiográficas mais complexas e estabelecem uma tomada mais subjetiva em relação a eventos que anteriormente eram analisados a partir de um claro distanciamento metodológico.² Em seu livro *History, Historians, and Autobiography*, Jeremy D. Popkin³ estuda o crescimento dessas publicações e as conexões entre história e autobiografia utilizando os relatos autobiográficos dos historiadores como fontes para a compreensão histórica. O autor estabelece conexões entre a história e a autobiografia, identificando-a como uma maneira de reconstruir o passado, enquanto analisa textos de escrita de si como fonte para o conhecimento das experiências e das trajetórias profissionais dos historiadores. Nesta perspectiva, a autobiografia, que em primeiro momento pode ser vista somente como um retrato profissional de seus autores, tem sua ótica ampliada. Acredito que esses mesmos textos autobiográficos podem oferecer elementos para a compreensão da maneira como historiadores constroem nosso acesso ao conhecimento do passado, ou seja, os próprios textos históricos. Assim, torna-se possível aumentar não só a nossa compreensão da *história*, mas também da *escrita da história*, pois as relações práticas e metodológicas entre a história e autobiografia são fundamentais por compartilharem formulações estruturais que nos permitem lê-las em conjunto e perceber diversas formas possíveis de ordenação dos eventos.⁴

Este artigo aborda textos autobiográficos como fontes historiográficas para compreender a trajetória de uma vida e também, concomitantemente, para discernir processos e motivos que regem a articulação de textos históricos. Esta focagem de análise permite examinar, a partir de tais relatos, em que medida a produção acadêmica de historiadores tem sido condicionada pela experiência pessoal ou, em outras palavras, como textos históricos foram influenciados pelo contexto histórico e pela história pessoal do historiador que os escreveu, mediante referências a sua família, infância e experiências adolescentes, formação intelectual e posturas ideológicas ou compromissos políticos. De fato, algumas autobiografias de historiadores descrevem o desenvolvimento histórico de seus próprios textos a partir de uma perspectiva interna, o que privilegia os objetivos, as motivações e as dificuldades na constituição de sua proposta historiográfica e fornece informações sobre sua elaboração acadêmica. Eu proponho ainda a utilização dessa perspectiva para desvendar traços autobiográficos na escrita da história dos historiadores profissionais, a fim de explorar questões de intervenção historiográfica na narrativa. Acredito, portanto, que ler autobiografias dos historiadores como uma reconstrução da escrita do passado caracterize uma abordagem analítica fecunda.

A este respeito, Gayatri Spivak⁵ usa a expressão “mundar” (*worlding*)⁶ para significar que nossa descrição do mundo não é mera reportagem, mas que a prática textual contribui para a sua

singularidade: “Nossa produção não pode ser circunscrita ou descartada como uma mera manutenção de registros. Fazemos parte dos registros que guardamos”. (SPIVAK, 1987, p. 105).⁷ Este ponto será desenvolvido tanto como perspectiva teórica quanto prática, pois a primeira parte do artigo centra-se na dimensão teórica, na qual eu discuto os vínculos entre os exercícios autobiográficos dos historiadores e seus projetos históricos. Em um segundo momento, eu aplico este modelo teórico para a análise de textos autobiográficos e historiográficos de dois eminentes historiadores franceses do século XX, Fernand Braudel (1902-1985) e Annie Kriegel (1926-1995), representantes de duas das mais importantes tendências da historiografia ocidental do século XX: o estruturalismo e o marxismo. Pretendo apontar conexões intertextuais entre seus textos acadêmicos e autobiográficos, especificamente em *La Méditerranée et le Monde à l' époque méditerranéen Philippe II* (1949) e *Personal Testimony* (1972), de Braudel, e *Aux origines du communisme français* (1964) e *Ce que j'ai cru comprendre* (1991), de Kriegel.⁸ Este olhar se desenvolve a partir da teorização de Popkin (2005), mas avança um passo adiante ao explorar a reciprocidade das tomadas analíticas em uma leitura sincrônica das dimensões pessoal e acadêmica das narrativas. Demonstrarrei como as biografias de Braudel e Kriegel permitem rever a nossa percepção de sua produção intelectual e, por extensão, do trabalho dos historiadores em geral, iluminando-se, dessa forma, como o exercício intelectual é, na verdade, mais governado por experiências pessoais do que anteriormente se acreditava. Ao relacionar as mudanças de paradigmas propostas por Braudel para explicar o seu *Méditerranée* e sugerir como o texto de Kriegel serviu como um ato de emancipação a partir de uma experiência difícil, eu postulo que precisamos considerar a escrita histórica como um processo complexo, que envolve de forma significativa a dimensão pessoal.

Autobiografia de historiadores como historiografia

Jeremy D. Popkin afirma que

[...] os leitores da autobiografia de um romancista podem estar interessados em detalhes sobre o processo de escrita que produziu as obras que permitiram ao autor entrar em suas vidas, mas os historiadores sabem com maior clareza que para os seus leitores as circunstâncias em que foram escritos os seus livros são fonte de interesse muito significativo. (POPKIN, 2005, p. 170).

As memórias de romancistas geralmente oferecem tanto informações triviais quanto cruciais sobre o seu processo de escrita. Em *Vivir para contarla* (2002),⁹ Gabriel García Márquez, por exemplo,

não só narra sua infância, juventude e início da idade adulta, mas nos dá histórias fascinantes da família que engendrou os elementos do realismo mágico em sua ficção. No entanto, ao ler as autobiografias e memórias escritas pelos historiadores, estas tendem a se concentrar sobre as circunstâncias da sua vida, muitas vezes ignorando que eles também são autores e que sua produção histórica é tanto um artefato literário – com seus compromissos com estruturas narrativas, estilos e metáforas - como a escrita de um romancista.

Teóricos notáveis como Hayden White e Dominick LaCapra lembraram-nos das características literárias dos textos históricos, exortando-nos a reconceitualizar o ato da escrita histórica dentro do contexto das convenções e estratégias. Desde que Hayden White (1973, p. IX) definiu o trabalho histórico como “a verbal structure in the form of a narrative prose discourse”, historiadores tornaram-se menos apreensivos sobre a possibilidade de considerar seus textos artefatos literários. Isso nos ajuda a entender por que o giro linguístico, para utilizar a expressão de Richard Rorty afirmada como tendência geral nas ciências sociais após a década de setenta, tem influenciado profundamente a escrita da história. Um dos efeitos mais importantes é a disseminação do que Lawrence Stone chamou de “o retorno da narrativa” na escrita da história. Nos últimos trinta anos, muitos historiadores construíram seus textos usando técnicas discursivas e narrativas que refletem mais de perto diferentes estilos literários do que propriamente estruturas teórico-metodológicas “científicas”. Tais técnicas se fazem presentes em narrações históricas como as de Carlo Ginzburg sobre o moleiro Menocchio (1976), Natalie Z. Davis sobre o camponês Martin Guerre (1982) e, mais recentemente, a perspectiva de Simon Schama em *Rembrandt's Eyes* (1999).¹⁰ Como um resultado destas novas tendências, a relevância da teoria literária para a leitura de textos históricos cresceu consideravelmente. Na verdade, este enfoque revisionista nos ajuda a contextualizar de forma quantitativa e qualitativa as autobiografias de historiadores. O giro linguístico alertou historiadores para o papel ativo da linguagem e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica e, consequentemente, contribuiu para a conscientização da indefinição de fronteiras estanques entre textos históricos e literários. (KRAMER, 1989, p. 97-98).

Este contexto epistemológico nos ajuda a compreender o aumento do número de historiadores que, em suas autobiografias, se sentem cada vez mais confortáveis para assumir o papel de autores de suas próprias histórias. Consequentemente, a consciência da função do historiador como “narrador”, em vez de simplesmente “cientista”, tem crescido significativamente, o que faz aumentar as analogias entre textos históricos e literários. Assim, encontramos em autobiografias dos historiadores não apenas testemunhos de suas vidas, mas também dados que explicam seus projetos históricos, de modo tal que

tais narrativas devem ser examinadas para revelar informações não apenas sobre o contexto em que foram produzidas, mas também como fonte de percepção do modo como convicções ideológicas e intelectuais de seus autores podem ter condicionado a natureza metodológica e epistemológica de seus textos.

Um problema real que surge quando lemos autobiografias de historiadores como fontes reside na proverbial relutância dos autores em revelar detalhes do percurso de seus projetos devido a uma hesitação que reflete a preocupação em manter o rigor e a objetividade. Mas a crescente influência do pós-modernismo alterou na disciplina histórica a dimensão desta apreensão, e a escrita autobiográfica tornou-se mais ubíqua e complexa de modo a permitir a revisão de nossas percepções. Há uma enorme diversidade, em termos temáticos e metodológicos, de relatos de vida de historiadores, com um espectro que se estende de autobiografias estritamente acadêmicas, como *L' histoire continue* (1991)¹¹ de Georges Duby, até a narração de uma infância ligada ao passado histórico de Cuba, como *Waiting for Snow in Havana* (2003), de Carlos Eire. Embora autobiografias estritamente acadêmicas possam não parecer fontes historiográficas melhores do que escritas de si mais amplas, defendo que os detalhes da vida desses historiadores, isolados ou desconectados de seu percurso acadêmico, também fornecem informações valiosas para a compreensão do processo de criação de textos históricos. Por exemplo, a decisão do medievalista alemão Ernst Kantorowicz¹² de estudar a figura do Imperador Frederico II claramente foi condicionada pela sua experiência política pessoal durante a ascensão do nazismo, no Terceiro Reich, como este reconheceu anos mais tarde quando estava exilado em Princeton, ou a experiência argelina de Braudel, que parece condicionar de forma manifesta a sua visão abrangente do Mediterrâneo e sua capacidade de não subestimar o papel da relação do Sul em relação ao Norte, como historiadores ocidentais tenderam a fazer.

Podemos postular que a escrita autobiográfica dos historiadores fornece informações sobre seus textos históricos em diferentes graus, sendo as mais diretas e evidentes as autobiografias acadêmicas, como demonstrarei na segunda parte deste artigo, usando os exemplos do artigo de Braudel e do livro de Kriegel. Na verdade, o fenômeno da autobiografia acadêmica é relativamente recente e é um excelente reflexo da evolução das ciências sociais durante a segunda metade do século XX, quando ocorre um aumento da visibilidade e influência do mundo acadêmico na cultura ocidental, e alguns acadêmicos tornam-se pessoas públicas, cujas opiniões sobre questões e atividades para além das salas de aulas começam a importar.¹³ Um dos efeitos dessa maior visibilidade é o reforço das conexões entre a identidade pessoal e profissional dos acadêmicos que passam a validar a publicação de suas autobiografias. Quero sugerir que a publicação de relatos sobre essa dimensão, que era anteriormente

protegida sob o rótulo de “vida privada”, muitas vezes explica posições profissionais dos acadêmicos, como no notável caso do falecido Edward Said, cuja autobiografia, *Out of Place* (2000),¹⁴ esclarece as razões para o seu compromisso, muitas vezes controverso, com a causa palestina.

As críticas enfáticas às autobiografias de historiadores acadêmicos reduziram-se consideravelmente após a publicação do livro de Pierre Nora, *Essais d' ego-histoire*, em 1987, no qual já na introdução o historiador francês censura o padrão de objetividade estabelecido que fez com que os historiadores pudessem “disfarçar a sua personalidade por trás de seu conhecimento, protegerem-se atrás de suas notas, esconderem-se em outra época, expressarem-se apenas através dos outros, como quem matem-se em separado de seu próprio trabalho”, e tal crítica produziu um efeito positivo ao incentivar a escrita autobiográfica dos historiadores.¹⁵ Certamente houve alguns precedentes de textos autobiográficos escritos pelos historiadores, mas esses textos não foram apreciados enquanto autobiografias narradas por profissionais imersos no mundo acadêmico, como aqueles que participaram do projeto de Nora: Maurice Agulhon, Pierre Chaunu, Georges Duby, Raoul Girardet, Jacques Le Goff, Michelle Perrot, e René Remond. Esta nova geração de escritos autobiográficos de historiadores amplia nossas perspectivas sobre quais são as implicações de nosso acesso ao passado e nosso entendimento sobre a arte da própria biografia. Antes deles, com muito poucas exceções, como Braudel, que publicou o seu relato de vida em dezembro de 1972 em uma edição do *Journal of Modern History*, esse tipo de texto não contava com credibilidade entre os historiadores. Isso provavelmente é explicado pela baixa aceitação da autobiografia como gênero dotado de seriedade, objetividade e racionalidade, pelos historiadores.¹⁶

Após o projeto de Nora, outros importantes historiadores produziram textos com a descrição de seus itinerários acadêmico e historiográfico. Mas, se a ego-história foi definida por Nora como um novo gênero historiográfico que salienta a dimensão acadêmica dos historiadores por seus testemunhos pessoais e foi recebida calorosamente pela comunidade profissional, isto se deve em grande parte, a um justificado interesse em compreender a trajetória pessoal de certos profissionais de destaque e também por considerarem-se tais relatos como fontes documentais de primeira linha. Mas o surgimento da autobiografia intelectual nos moldes tradicionais ou como ego-história relaciona-se a um contexto de mudanças significativas na epistemologia histórica, iniciadas desde os anos setenta e que deram maior credibilidade aos elementos subjetivos e às experiências individuais. De fato, as tendências historiográficas recentes identificam a autobiografia como um objeto de pesquisa privilegiado, em razão da ênfase atual recair sobre conjunturas em detrimento de estruturas, relatos particulares em vez de grandes modelos, casos singulares no lugar de padrões estatísticos, biografias do que monografias,

descrições em vez de análises, vida cotidiana contra eventos públicos, consumo no lugar da produção, e ao invés de macrohistória, microhistória.

Textos de ego-história permitem o acesso a um conhecimento histórico mais profundo por causa da dimensão metanarrativa destes itinerários profissionais que, enquanto textos historiográficos, podem ser reexaminados com importância renovada quando são abordados, tendo-se em conta os contextos com os quais se relacionam.¹⁷ Assim, *A história continua* (1991), de Duby, estabelece um quadro da complexa evolução intelectual de um historiador e permite o acesso mais informado às suas obras, e as dramáticas páginas autobiográficas de Marc Bloch sobre a II Guerra Mundial, *A Estranha Derrota* (1968), escritas pouco antes de ele ser fuzilado em 1944 por suas atividades clandestinas na resistência francesa, conta-nos mais sobre o cidadão do que sobre o historiador, mas também lança luzes sobre os compromissos sociais e políticos de sua pesquisa histórica. As memórias de Eric Hobsbawm, *Tempos interessantes* (2002), por sua vez, são válidas de maneira histórica e historiográfica porque oferecem uma contextualização de seu trabalho e uma reflexão sobre os mecanismos intelectuais que determinam a observação histórica. Hobsbawm utiliza-se de técnicas acadêmicas como notas de rodapé, em sua autobiografia, dando à escrita uma forma que a distingue radicalmente de memórias de figuras literárias, políticas ou intelectuais. Este livro estabelece, para além de qualquer dúvida razoável, as conexões entre o texto histórico e o contexto em que este é construído: a formação do historiador, suas tendências intelectuais, suas preferências ideológicas e suas opiniões políticas influenciam não só a forma de suas obras e a metodologia utilizada, mas também as suas escolhas pessoais.¹⁸ Seguindo as ideias de Philippe Lejeune, Popkin (2005, p. 29) argumenta que “a autobiografia gera informações verdadeiras, não sobre o passado do autor, mas sobre a forma como ele ou ela escolhem para representar o passado”. Por esta mesma razão, alguns estudiosos concluíram que o valor da autobiografia como fonte documental é muito limitada porque “ela lança mais luz sobre o estado de espírito do autor quando escreveu suas lembranças do que no momento em que os eventos realmente ocorreram”. (LAQUEUR, 1993, p. 401).

Mas esta questão leva-nos novamente para a própria noção de abordagem historiográfica: em que o ato de escrever torna-se o objeto de estudo, e as decisões do escritor em relação à estrutura, forma e estilo são tão importantes quanto os fatos inscritos. A proliferação de autobiografias acadêmicas e nosso compromisso com seu potencial historiográfico demonstram que não podemos mais falar de historiadores “objetivos”, mesmo quando eles estão escrevendo relatos aparentemente impessoais dos acontecimentos históricos. O historiador que escreve sua autobiografia atravessa o limiar do que Dominick LaCapra, no contexto da discussão sobre o Holocausto, chama de “relações

"transferenciais" entre a história e a estória de si. (LACAPRA, 1994, p. 45-46). O historiador com "transferência" amplia a dimensão subjetiva de seu texto quando narra sua própria vida e, inevitavelmente, aumenta de forma considerável os resíduos historiográficos em seu texto. Na verdade, quando escrevem suas autobiografias os historiadores se defrontam com os paradoxos de seu trabalho, desrespeitando nesse gênero muitas das regras do ofício que ensinam aos seus alunos. Por exemplo, ocorre de forma central a narração em primeira pessoa, que tradicionalmente foi sempre confinada à introdução, em que os historiadores narram as vicissitudes de suas pesquisas documentais, ou aos cordiais agradecimentos, que geralmente aparecem no meio acadêmico em estudos de qualquer profundidade. As reticências em face das fragilidades das memórias de outras pessoas despertaram nos historiadores o receio de cometerem os mesmos erros. Por essa razão os historiadores não costumam publicar suas autobiografias até que estejam plenamente estabelecidos e legitimados nos círculos acadêmicos. (POPKIN, 2005, p. 57-91).

Ao dar a reconhecer suas tendências ideológicas, crenças religiosas ou opiniões políticas, os historiadores correm o risco de revelar as ligações entre essas posturas e a história de seus textos, em uma autoexposição que pode oferecer tanto vantagens quanto desvantagens. Muito poucos historiadores têm sido acusados de manipular seus textos quando seus vínculos com o Partido Comunista são revelados, ou quando uma perspectiva presentista do passado tem sido reconhecida em seus trabalhos. Como Georges Duby apontou, o historiador é obrigado a se defender de tais acusações, sob pena de nada compreender: "Toda época constrói sua própria visão de mundo... as formas de sentir e de pensar variam com o tempo e... consequentemente o historiador é obrigado a defender-se das suas próprias, sob pena de nada compreender". (DUBY, 1991, p. 119). Natalie Davis foi acusada de projetar alguns dos postulados do feminismo do século XX para a camponesa que é a protagonista de seu relato em uma pacata vila nos Pirineus franceses no século XVI.¹⁹ Os historiadores britânicos do Partido Comunista – E. P. Thompson, Eric J. Hobsbawm, Christopher Hill, Rodney Hilton, Raymond Williams, Maurice Dobb, Vere Gordon Childe, Perry Anderson, George Rude – foram capazes de descartar críticas ideológicas por sua combatividade excessiva graças à excelência dos seus trabalhos, que os legitimaram na comunidade acadêmica. A passagem do tempo, no entanto, revelou que esses textos foram muito condicionados pelas tendências ideológicas de seus autores, embora seja consensual que isso não conseguiu desvalorizar sua importância historiográfica. Na verdade, vestígios autobiográficos encontrados na escrita historiográfica – revelando as possibilidades de uso dos referenciais de análise autobiográfica para reler textos de historiadores – não precisam invalidar a qualidade de um trabalho acadêmico de anos. Eu não afirmo que uma experiência particular na infância

Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel

ou determinada posição ideológica necessariamente leve a um menor aprofundamento teórico-metodológico; eu argumento que o nosso conhecimento do passado dos historiadores a partir de suas próprias narrativas pessoais nos oferece uma visão multidimensionada dos processos e perspectivas que regem a escrita de seus textos. Estas impressões autobiográficas em textos historiográficos acadêmicos servem a um propósito importante ao permitir uma leitura simultânea da trajetória e da produção intelectual, articulando-se os referenciais historiográficos a aspectos amplos, quando se enfatiza a importância do ato de escrever e se entende como mesmo textos declaradamente imparciais estão sujeitos às regras da narrativa e às experiências de seus escritores.

Neste ponto, precisamos considerar brevemente algumas dificuldades que esta abordagem pode acarretar. Um dos problemas encontrados ao usar autobiografias dos historiadores como fontes historiográficas reside nos intervalos de tempo envolvidos na análise. Geralmente os textos autobiográficos são escritos nos anos finais da vida do historiador ou de sua carreira, enquanto seus textos históricos são escritos, em geral, anos antes, quando sua produção intelectual está no início ou no auge. No caso dos historiadores analisados neste artigo, as datas são de 1949 e 1972 para Braudel, e de 1964 e 1991 para Kriegel. Temos que considerar essas nuances para concluir que autobiografias são textos referenciais, no sentido de que elas podem fornecer informações confiáveis sobre o passado, embora tal “referencialidade” possa ser amortecida pela fragilidade da memória, dependendo do espaço de tempo entre a autobiografia escrita e a ocorrência dos fatos narrados, assim como pela imaginação, que pode transformar fatos em ficção, ou a invenção, que pode ser usada para preencher as lacunas da memória. No entanto, a formação dos historiadores acadêmicos, particularmente sobre as regras de investigação positivista, ajuda a evitar as armadilhas tanto da memória quanto da imaginação na escrita de seu relato autobiográfico.

Fernand Braudel: o Mediterrâneo vivido e o Mediterrâneo historicizado

Em seu “testemunho pessoal”, publicado no *The Journal of Modern History* em 1972, Braudel começa o relato com uma série de reservas, pois, em suas palavras

(recuso) obrigar-me a olhar para mim de uma forma inusitada, a considerar-me de alguma forma como um objeto da história, e embarcar em confidências que devem, à primeira vista, parecer sinais de autossatisfação e de vaidade... Confesso ter dúvidas sobre se este relato, muito pessoal e de interesse duvidoso para o leitor, realmente chega ao cerne da questão. (BRAUDEL, 1972, p. 448).

Ao se envolver neste exercício de escrita de si, quebrou o historiador francês, uma vez mais, a convenção: foi um dos primeiros a descrever os pormenores da sua carreira profissional em um momento em que esta prática era considerada uma perigosa transgressão das regras acadêmicas.²⁰ Ele não só tinha dúvidas sobre se reflexões dessa natureza seriam de interesse dos leitores – Eric Hobsbawm (2002, p. XI-XII) faria as mesmas ressalvas trinta anos mais tarde, quando a autobiografia já estava confortavelmente validada entre os historiadores – mas também apresenta preocupações sobre possíveis riscos profissionais deste empreendimento. E, no entanto, quando os editores da revista pediram ao historiador francês que narrasse seu percurso acadêmico eles sabiam muito bem que os benefícios que este relato traria seriam amplamente superiores a qualquer problema imaginado e que, se algum historiador devesse escrever suas memórias, o candidato mais importante no momento era Braudel.

O *Mediterrâneo* de Braudel, uma obra que mudou o curso da historiografia ocidental, colocou-o como um dos mais destacados historiadores do século XX: qualquer debate multidisciplinar sobre o Mediterrâneo necessariamente faz referências a este trabalho. (TREVOR-ROPER, 1972, p. 472). E, como Braudel admitiu no ano em que faleceu, havia passado vinte e cinco anos de sua vida trabalhando em seu livro: “Eu comecei a trabalhar no Mediterrâneo em 1922 – isso me rejuvenesce, mas rejuvenesce você também – e eu só terminei o livro em 1947, 25 anos depois”. O determinismo histórico e geográfico de Braudel, que ficou conhecido como “estruturalismo” após a publicação do *Mediterrâneo*, substituiu a tímida revitalização dos vários historicismos do entre guerras, se impondo como paradigma do pós-guerra.²¹ Em vez de descrever a enorme influência do Mediterrâneo na historiografia ocidental, vou me concentrar nas circunstâncias e nos detalhes da criação deste trabalho, examinando a partir do relato autobiográfico de Braudel como sua trajetória pessoal influenciou a escolha do tema e forma de construção de sua perspectiva. Especificamente, noto duas experiências pessoais que moldaram significativamente os conceitos e a forma de sua obra: suas viagens à Argélia e a Dubrovnik e seu tempo em um campo de prisioneiros.

Braudel estudou na Sorbonne entre 1920 e 1923, mas a “vocação como historiador não veio para mim até mais tarde”. (BRAUDEL, 1972, p. 449). Em 1923, se muda para Constantine (na Argélia), e é imediatamente cativado pela geografia e pela luz do mar Mediterrâneo, sentimento que ele explica no início de seu livro: “*J'ai passionnément aimé la Méditerranée, sans doute parce que venu du Nord, comme tant d'autres, après tant d'autres*”. (BRAUDEL, 1966, I, p. 13). Essa paixão lhe acompanhou por mais de vinte e cinco anos. Braudel começou sua carreira como professor de história factual (*histoire événementielle*). Ele escreveu seus primeiros textos históricos reivindicando uma

abordagem o “mais próximo possível dos fatos”, mesmo quando suas viagens ao Norte da África foram modificando suas perspectivas históricas e geográficas. Suas primeiras críticas enfáticas aos paradigmas historiográficos anteriores foram de natureza geográfica, motivados pela sua vivência no Mar Mediterrâneo a partir de uma nova posição: “Eu acredito que esse espetáculo, o Mediterrâneo visto da margem oposta, ‘upside down’, teve significativo impacto sobre a minha visão da história”. (BRAUDEL, 1972, p. 450). Sua mudança historiográfica chegou mais tarde, quando encontra “por acaso” uma interessante documentação sobre a Paz de Vervins (1598) e decide que o centro de sua tese sobre a Espanha na Época Moderna lhe parecia “envenenada com antecedência pelos meus sentimentos abertamente franceses”. (BRAUDEL, 1972, p. 451). Esta primeira decisão acadêmica mudou rapidamente quando o interesse de Braudel encontrou-se mais atraído para o brilhante e ardente Mediterrâneo do que para o prudente e triste Felipe II: “Foi durante esses anos, entre 1927 e 1933, quando eu visitava os arquivos sem pressa, nem mesmo para escolher o meu tema, que a minha decisão amadureceu e então eu escolhi o Mediterrâneo”. (BRAUDEL, 1972, p. 452). Mas, o Mediterrâneo? Braudel já tinha viajado para o Norte da África, mas em 1935 descobriu realmente um “novo Mediterrâneo” em Dubrovnik, onde começa realmente a entender o mar e perceber nuances que não teria sondado de outra forma:

Não foi de forma imediata que eu consegui ver o Mediterrâneo como um todo. Foi necessário esperar até 1935, foram 13 anos de espera! Eu tive a oportunidade, em seguida, para chegar em Dubrovnik, isto é Ragusa. Além de seus arquivos maravilhosos, foi a primeira vez que tive a oportunidade de ver os navios, cargueiros e iates que iam para o Mar Negro, que remonta para além de Gibraltar, Londres, Bruges e Antuérpia. Este é o lugar onde eu comecei a entender o Mediterrâneo. (BRAUDEL, 1986, p. 6).

Essa mudança de paradigma, esclarecida em seu texto autobiográfico, constitui a essência de seu trabalho acadêmico. A experiência do Mediterrâneo "a partir da margem oposta" efetuou uma profunda mudança na perspectiva de Braudel: a mudança de sua posição eurocêntrica para criar em muitos níveis uma perspectiva mais ampla, capaz de produzir uma visão mais orgânica das intersecções entre geografia e história, bem como novas possibilidades de narrá-las. Como explica Charles Morazé (1986, p. 114), Braudel necessitou da luz mediterrânea para fazer uma história melhor do Mediterrâneo. Como tal, o traço autobiográfico no seu histórico trabalho é inconfundível: se não tivesse Braudel experimentado o Mediterrâneo a partir de Dubrovnik, ele teria escrito um livro completamente diferente, certamente menos dinâmico e menos rico.

O dilema de Braudel sobre como apresentar sua visão renovada foi resolvido de forma inesperada. A II Guerra Mundial, que se tornaria crucial no desenvolvimento histórico de suas convicções, eclodiu pouco antes de ele começar o livro. Ele serviu na fronteira do Reno, foi capturado e feito prisioneiro entre 1940 e 1945, em uma circunstância que se transformou em uma das mais marcantes experiências em sua vida: “Ir para a prisão pode ser uma boa escola. Ela ensina a paciência e a tolerância”. (BRAUDEL, 1972, p. 453). Braudel escreveu o Mediterrâneo lá, nos campos de prisioneiros de Mainz e Lübeck, longe do mar, o que ironicamente pode ter lhe dado uma perspectiva mais crítica do que se estivesse próximo ao litoral. O Mediterrâneo era na verdade uma companhia sua no cativeiro, “que me distraiu no verdadeiro significado etimológico da palavra” (BRAUDEL, 1972, p. 450), como reconheceu muitos anos depois.²² Mais importante é o que ele admite durante esta experiência:

a minha visão da história teve a sua forma definitiva, sem eu estar ciente disso, em parte, como uma resposta intelectual direta a um espetáculo – do Mediterrâneo – que nenhuma teorização histórica tradicional me pareceu capaz de englobar, e em parte, como uma resposta existencial imediata às situações trágicas que eu estava passando. (BRAUDEL, 1972, p. 454).

Este segundo ponto no itinerário de Braudel, o cativeiro em Mainz e Lübeck, é tão fundamental quanto o primeiro, Dubrovnik/Ragusa, e configurou a sua obsessão com as interrelações entre espaço e tempo ao longo de sua vida. Após a mudança de perspectiva que lhe permitiu reconfigurar sua visão eurocentrada sobre a geografia e história, a separação física em relação a seu objeto de pesquisa deu-lhe a oportunidade de explorar a amplitude dos contextos do Mar Mediterrâneo. Especificamente, a compreensão da necessária distinção entre as três partes que ele destaca – geografia, sociedade e eventos – torna-se possível por seu distanciamento da experiência diária do mar. Cada dimensão do mar, portanto, ocupava um lugar especial na imaginação de Braudel, que o levou tanto a particularizar como a generalizar algumas questões que configuraram este lugar que se assemelha a um palimpsesto. Além disso, em ligação com estas experiências e talvez como consequência das reflexões sobre o tempo de cativeiro ele tenha articulado a ideia dos três intervalos de tempo que correspondem a uma organização temporal do Mediterrâneo: a longa, a média, e a curta duração (*Histoire et sciences sociales*). Tão importante como a distância do objeto também foi ter permitido a si próprio separar-se, intelectual e psologicamente, de sua situação no período. Assim, Braudel escreveu o Mediterrâneo por causa de sua excelente memória de um inesperado cativeiro e do apoio de um bom e erudito amigo.²³

Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel

Em seus escritos autobiográficos, Braudel sempre considerou esta guinada historiográfica – de eventos para estruturas, de curta a longa duração – como uma resposta às tragédias que ele experimentou durante a guerra. Sua visão revolucionária da história, exposta em seu artigo seminal nos *Annales*, em 1958, foi gestada durante esses cinco anos:

Um ano não conta, um século é um piscar de olhos. E, aos poucos, abaixo da história das flutuações inferiores a história factual, a história da área, estou interessado na história quase imóvel, a história que se move, mas move-se lentamente, a história repetitiva. [...] Essa história ainda, esta história que acabei chamando a história de longo prazo, é a estrutura da história, é a explicação da história. É a explicação do Mediterrâneo em si. (BRAUDEL, 1986, p. 7).

A relação entre a história pessoal e a escrita da história se intensifica. Continuamente Braudel teve de rever sua perspectiva, a transcender, rejeitar e negar todos os fatos por ele observados, dia após dia, nas notícias do rádio e dos jornais durante a guerra: “Abaixo os eventos, especialmente aqueles irritantes!” (BRAUDEL, 1972, p. 454). Ele precisava acreditar em uma história escrita em um nível muito mais profundo do que esse dos acontecimentos, a fim de transcender psicologicamente a adversidade diária do cativeiro.

Distante de nós e de nossa miséria cotidiana, a história estava sendo feita, mudando lentamente, tão lentamente quanto a vida antiga ou o Mediterrâneo, cuja longa e majestosa imobilidade tantas vezes me comoveu. E foi assim que eu conscientemente estabeleci a busca de uma linguagem histórica, a mais profunda que eu poderia compreender ou inventar, a fim de apresentar as condições imutáveis (ou que pelo menos mudavam muito lentamente), que teimosamente afirmam-se uma e outra vez. Assim, o meu livro está organizado em várias escalas temporais diferentes, movendo-se a partir do imutável para a ocorrência passageira. Para mim, até hoje, estas são as linhas que delimitam e dão forma a cada paisagem histórica. (BRAUDEL, 1972, p. 454).

“Paisagem histórica” é o tempo histórico e o tempo geográfico. No final, as experiências de Braudel no Mediterrâneo real podem ser percebidas em sua descrição poética na escrita de seu livro, como no prefácio da edição original: “Eu amei profundamente o Mediterrâneo. [...] eu convivi alegremente com ele durante muitos anos de estudos – e por sorte, durante toda a minha juventude. Em troca, eu espero que esta alegria ilumine com sua luz as páginas deste livro”. (BRAUDEL, 1966, p. 13).

Annie Kriegel: entre bolsas de estudo e compromissos políticos

Como Braudel e a maioria de outros historiadores antes e depois dela, Annie Kriegel hesitou muito antes de escrever seu livro de memórias. Ela, inclusive, recusou o convite para participar do projeto de ego-história de Nora, mas acabou produzindo um denso volume de cerca de oitocentas páginas, que começa com a admissão de que ela adiou a publicação até o último minuto, e mesmo assim esperou um pouco mais. (KRIEGEL, 1991, p. 11). *Ce que j'ai cru comprendre* é formulada de maneira convencional, como uma autobiografia clássica, que relata uma vida em vez de uma carreira acadêmica, embora às vezes ela caia em um excesso de narrativa, quando, por exemplo, uma de suas sentenças ocupa quase uma página inteira. (KRIEGEL, 1991, p. 709-710). Kriegel refere sua vida de forma neutra e calculada, em prosa imparcial, como que para provar que suas experiências dramáticas não contaminaram seu itinerário acadêmico ou impediram seu distanciamento crítico. Os momentos de excessos, nos quais o relato se assemelha mais à narrativa oral do que escrita, mostram que uma distância crítica consistente nem sempre é fácil de ser alcançada. Ela começa contando sua infância e o início da idade adulta, com foco em sua relação com seus pais, suas experiências em Paris, na escola e na Universidade. Uma parte particularmente interessante são os registros de sua participação na Resistência Francesa e, posteriormente, no Partido Comunista. Significativamente, ela evita mencionar questões pessoais tais como seu casamento, seus filhos e sua vida doméstica. Estes silêncios chamam atenção do leitor para os pontos destacados: a história de sua filiação ao Partido Comunista Francês, o tempestuoso fim desta associação, e seu itinerário – claramente acadêmico e ligado a seus compromissos políticos, pois sua tese foi sobre as origens do Partido Comunista na França.

O processo de escrita de sua tese foi formidável (e levou dez anos para ser concluído). Ambos, Braudel e Kriegel, realizaram pesquisas amplas e profundas em seus respectivos projetos, produzindo obras sofisticadas e complexas, que hoje seriam impensáveis no nível de pós-graduação. A magnitude destes textos só é comparável a outros trabalhos históricos franceses da época, como o *Mâconnais* (1953) de George Duby, *Seville* (1955) de Pierre Chaunu, ou *Languedoc* (1966) de Emmanuel Le Roy Ladurie, um ciclo conhecido pelos historiadores como *La terre et les hommes* (Editora Bisson). As características e qualidades desses trabalhos deveram-se às exigências específicas dos programas de doutorado do sistema francês de pós-graduação na década de 1950 e 1960, que se centrou sobre a elaboração da monumental *thèse d'Etat*, uma monografia que chegava a ter mil páginas e que geralmente levava um período de mais de dez anos entre pesquisa e redação. Notavelmente diferente das exigências do doutorado americano ou britânico, este sistema possibilitou o desenvolvimento

vigoroso de metodologias originais pela historiografia francesa do pós-guerra. A apresentação bem sucedida destas *thèse d'Etat* deu aos candidatos o título de *professeur*, que marca o reconhecido elitismo da universidade francesa. Em 1968, o *thèse d'Etat* foi substituído por um modelo mais modesto, a *thèse de troisième cycle*, ao mesmo tempo que a influência dos historiadores franceses diminuía significativamente.

Se a maior parte da dissertação de Braudel foi composta durante a guerra e o cativeiro, a tese de Kriegel foi moldada em um momento de paz duramente conquistada (1954-1964), após os intensos anos de seu relacionamento com a Resistência e o Partido Comunista Francês (1942-1953). Dessa forma, enquanto para Braudel a guerra está localizada na parte final do processo de elaboração de seu trabalho, no de Kriegel o conflito encontra-se no início. Em um gesto metaliterário, ela descreve os primórdios desta dissertação, quando em 1955, repleta de dificuldades, necessitou convencer seu orientador, o historiador social e econômico Ernest Labrousse, de que ela era capaz de desenvolver a pesquisa com sucesso e legitimar-se academicamente, apesar de ser mulher, mãe e, no momento de apresentação da proposta da pesquisa, grávida. Quando ela conseguiu convencê-lo de sua determinação e ainda lhe informou que planejava explorar as origens do Partido Comunista Francês, Labrousse, sabendo que ela tinha sido expulsa do partido dois anos antes, respondeu: “Isso é delicado, senhora, muito delicado!”. (KRIEGEL, 1991, p. 616). Kriegel sugere que Labrousse teria preferido um tema menos controverso e mais distante temporalmente, o que aponta para que suas circunstâncias pessoais também possam ter influenciado sua relutância em orientar o trabalho dela. No entanto, ela não menciona a possibilidade de que, talvez, as reservas de Labrousse tivessem se originado principalmente pelo complexo vínculo dela com seu tema futuro. Ela se juntou a um grupo de jovens comunistas, em 1942, com a idade de dezesseis anos, e levou suas atividades políticas a sério. Seu compromisso foi motivado tanto pelo seu patriotismo como pelo seu judaísmo. Após a guerra, ela continuou sua relação com o comunismo, mas rejeitou-a depois de ter sido expulsa do partido em dezembro de 1953, devido a uma reestruturação e um aumento da burocracia dentro do Partido Comunista Francês.

Os vínculos e as experiências de Kriegel com o Partido Comunista, obviamente, condicionaram a escolha e o tratamento de seu objeto.²⁴ Neste caso, a proximidade pessoal e temporal com o tema não produz uma distorção dos fatos históricos. Ninguém pode negar o mérito historiográfico de Kriegel, demonstrado em seus textos, tanto históricos quanto autobiográficos. Na monografia extensivamente pesquisada e solidamente articulada que resultou de sua determinação em analisar academicamente a história do Partido Comunista Francês, *Aux origines du communisme français* (1964), Kriegel segue as regras dos projetos históricos contemporâneos no âmbito da pesquisa, com ampla e volumosa

documentação e grande número de notas de rodapé, entre outras coisas. De fato, considerando o seu compromisso pessoal com a causa, é interessante que a primeira pessoa singular só apareça uma vez no texto, na última frase no final da introdução, como parte dos agradecimentos: “[Ao Prof. Labrousse] Por sua paciência, o seu rigor, suas sugestões e seus encorajamentos, para quem eu estou em dúvida”.

Em seu texto autobiográfico, ela tanto vê a si mesma quanto se percebe como um objeto histórico dentro de um contexto específico, que justifica seu vínculo com o comunismo como um honroso e inevitável compromisso com o seu tempo. (KRIEGEL, 1991, p. 186-210). Popkin argumenta que “as memórias de Kriegel certamente fazem a ligação entre o seu tema de pesquisa e sua própria vida, claro, mas o resultado não é capaz de ser desacreditado por isso”. (POPKIN, 2005, p. 208). Notavelmente, o engajamento enquanto foi comunista lhe forneceu fontes extraordinárias de pesquisa e uma consciência crescente das discrepâncias entre a versão oficial do partido sobre si mesmo e as evidências encontradas em sua pesquisa documental. Nós não podemos, infelizmente, inferir tal objetividade como regra geral para todos os historiadores que combinaram vínculos com o comunismo e a pesquisa histórica durante a segunda metade do século XX. Em suas memórias, Eric Hobsbawm reconhece que o dever dos membros do Partido Comunista era “não só para obter bons títulos acadêmicos, mas para incorporar o marxismo ao nosso trabalho, assim como a política entrava nas atividades daqueles que foram para o jornalismo”. (HOBSBAWM, 2002, p. 113). Na verdade, uma revisão dos textos historiográficos da época revela a manipulação na interpretação de dados para apoiar a causa comunista, assim como os historiadores foram se tornando desiludidos com tal prática.

Lendo a autobiografia de Kriegel podemos perceber que ela não cedeu ao típico revisionismo das pessoas que tiveram relações traumáticas com organizações, as quais abandonaram abruptamente. Em sua autobiografia, Hobsbawm estabelece ligações entre Kriegel e historiadores franceses como François Furet, Alain Besançon, e Le Roy Ladurie que eram “historiadores eminentes e, eventualmente, anticomunistas, mas que foram radicais ativistas do Partido Comunista em suas juventudes”. (HOBSBAWN, 2002, p. 328). O engajamento intelectual de Kriegel com o comunismo forneceu-lhe um antídoto em sua pesquisa para sua dramática ruptura com o partido, ao qual ela dedicou os melhores anos de sua vida. O trabalho acadêmico sobre o comunismo moveu-a para longe do campo de batalha e lhe concedeu a distância crítica sem a qual ela não poderia apenas examinar desapaixonadamente aquele objeto histórico específico, mas também o seu esforço pessoal. Em seu livro de memórias, ela explica que, após os “tormentos” da crise pessoal causada por sua expulsão do Partido Comunista, decidiu que todo o seu trabalho acadêmico seria pautado pela autonomia e independência em relação a seu próprio objeto de pesquisa:

Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel

Mais de trinta e cinco anos se passaram desde esses tormentos. Desde minha volta - a partir de 1954-1955 - não houve um único dia em que eu no meu exame de assuntos judaicos não utilizei o duplo padrão geral que defini antes: ganhar ou melhor, conquistar a minha total autonomia em todas as ordens - informação, elaboração, redação - que contribuem para a expressão de uma opinião ponderada, de modo a não me vincular a qualquer estrutura de decisão capaz de comprometer mesmo que parcialmente a confiabilidade de minha análise. (KRIEGEL, 1991, p. 780).

Kriegel escolhe lidar com a ruptura com o Partido mediante serena reconstrução e reelaboração histórica de sua própria experiência, com sua própria narrativa. Esta estratégia autobiográfica se afasta da prática habitual. A maioria dos indivíduos opta por usar a escrita de si em vez da do projeto acadêmico como instrumento terapêutico. Em suas memórias, ela descreve claramente a influência da experiência no seu trabalho historiográfico e como isto lhe conferiu uma elevada objetividade quando teve que ponderar sobre as mudanças dramáticas no comunismo em 1950 na Europa (o XX Congresso do PCUS, a revolução húngara de 1956, a ascensão de Kruschev e a queda do stalinismo), ao mesmo tempo que ela estava construindo seu trabalho. Todos os ideais com os quais ela havia se vinculado em sua adolescência e juventude foram sendo demolidos um a um: a revolução proletária, o valor mítico da URSS, a demonização do capitalismo, a escala universal da luta contra o capitalismo. Ela tinha começado seu projeto vinculada à ortodoxia comunista, sem distanciamento crítico, usando a terminologia típica do materialismo histórico: “Meu projeto inicial era, na sua concepção, sua textura e sua linguagem, ainda marcado com uma clara e inalterada ortodoxia”. (KRIEGEL, 1991, p. 686). No entanto, as rupturas do stalinismo ruíram sua confiança no sistema e lhe permitiram fazer uma revisão de sua percepção histórica do comunismo:

Em relação a este projeto (a ideia original, baseada em uma confiança acrítica na ortodoxia marxista), a diferença tinha aumentado muito mais do que se eu tivesse cavado um fosso entre ele e minha pesquisa histórica, como se abrissem janelas e portas antes fechadas, e isso foi justificado e se intensificou, apesar de refletir de alguma forma certos eventos – o XX Congresso do PCUS de 1956, Kruschev, o degelo [...] – que, ao mesmo tempo, abalaram a ordem stalinista. (KRIEGEL, 1991, p. 687).

Assim, apesar de sua pesquisa histórica na década de cinquenta revelar a convergência da mudança dolorosa de suas crenças pessoais e das transformações da realidade histórica do comunismo, ela continuou a estudar a história do Partido Comunista Francês, buscando superar seus demônios pessoais e o colapso histórico do comunismo. No entanto, suas críticas ao comunismo foram simplesmente confirmadas pelos fatos e reavaliadas muitos anos mais tarde por seu projeto autobiográfico. Examinando os traços autobiográficos em sua escrita historiográfica, argumento que

Kriegel foi capaz de combinar ação com introspecção, precisamente porque ambas as experiências, seu ativismo político até 1953 e sua pesquisa acadêmica, a partir de então, tinham como foco o mesmo objeto: o Partido Comunista Francês. Seu intenso ativismo político durante e depois da guerra contrasta radicalmente com a serena pesquisa de arquivos no final dos anos 50 e início dos anos 60, uma serenidade compatível com o ritmo intenso das tarefas de uma mulher que estava ao mesmo tempo se dedicando aos filhos e trabalhando como secretária de um “empregador efêmero”, como Fernand Braudel. (KRIEGEL, 1991, p. 297). Kriegel escreveu sua dissertação entre 1955 e 1964 e se tornou um dos expoentes da geração acadêmica do pós-guerra, trabalhando de forma constante por um longo tempo, porque não foi interrompida pela guerra, pelo cativeiro ou a emigração. No entanto, como Braudel, Kriegel sofreu um “trauma metodológico” causado por experiências dramáticas em sua vida: pessoais – sua expulsão do Partido Comunista, em 1953 – e "contextuais" – a crise do comunismo no final dos anos cinquenta.

Em sua autobiografia, ela distingue claramente as três etapas do processo de criação de seu projeto histórico: a coleta de informações, classificação e escrita. Ela admite que cada uma dessas fases a levou a diversos estados emocionais e, em particular, a ansiedade sobre o tempo necessário para recolher as informações – estado reconhecido por todos os historiadores que conduzem longas pesquisas. No entanto, durante esses sete anos de trabalho, ela conseguiu efetuar “a operação intelectual de transformar a matéria bruta [...] extrair o mineral precioso e eliminar resíduos e coisas sem valor”. (KRIEGEL, 1991, p. 686). A segunda etapa de seu trabalho oscilou entre a tranquilidade e o nervosismo. “Nós não vamos mudar nada!”, não se mexe mais, disse ela, quando definiu seus materiais durante a pesquisa. (KRIEGEL, 1991, p. 686). Kriegel sentiu necessidade de completar sua investigação por causa de sua história de vida e de sua própria posição como, simultaneamente, um ex-membro do Partido e uma acadêmica ambiciosa, de modo que ela necessitava de um fluxo dinâmico de informações para se tornar, neste ponto, estável. Obviamente, isso contrasta com a atitude natural do historiador que sabe que ela poderia continuar a recolher informações para sempre, mas essa discrepância é compreensível no contexto de sua necessidade de terminar o projeto e, dessa forma, libertar-se de seu objeto. Finalmente, Kriegel deixa claro em sua autobiografia como a interpretação do real e a inscrição dos dados, em seu estilo racional e preciso, foi um ato fundamental: escrevendo a história do Partido Comunista, ela justifica sua própria vida.

A articulação do processo de ascensão e declínio do Partido espelha a própria experiência de Kriegel, e sua autobiografia nos leva a questionar as formas pelas quais podemos reler seu texto histórico. Ao sugerir que sua autobiografia é realmente uma avaliação final da rejeição mais dramática

Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel

de sua vida, ela apresenta a verdade autobiográfica fora do texto escrito, a vida volta ao exercício acadêmico. No entanto, tão habilmente tem a autora privilegiado os dados históricos e o compromisso pessoal que essa percepção é adquirida apenas pela leitura de sua autobiografia. Seu livro de memórias, portanto, mostra os elementos performativos por detrás de sua intervenção historiográfica que, assim, são externalizados como uma análise legítima da situação, mas na verdade são um processo de autorrepresentação e de emancipação. Ao destacar as experiências pessoais e processos epistemológicos que governam o desenvolvimento do texto histórico, é permitido perceber mais claramente esses textos como atos de escritura que definem os limites da pesquisa e da interpretação.

Talvez as autobiografias de Kriegel e de Braudel sejam a melhor homenagem a Roland Barthes, que, em 1967, pressagiou mudanças profundas na escrita da história com seu influente ensaio “O Discurso da história”.²⁵ Com suas reivindicações da criação de um novo discurso linguístico na história – mais apropriado para a concepção da história como uma representação da realidade e não a realidade em si – ele antecipou a mudança de modelo narrativo proposta por autores pós-estruturalistas como Louis Mink, Dominick LaCapra e Hayden White. (BREISACH, 2003, p. 72-88). Cinco anos após a publicação do ensaio de Barthes, em 1972, quando Braudel relutantemente concordou em escrever seu itinerário pessoal e profissional, ele quebrou uma de suas próprias regras básicas como um historiador “objetivo”. No entanto, ele também contribuiu para a criação do “novo discurso linguístico” que Barthes reclamava para a história, embora possamos argumentar que Braudel seguiu, provavelmente, seus próprios “instintos epistemológicos”, já que ele foi um dos precursores da defesa de abordagens interdisciplinares em pesquisa histórica.

Ao analisarmos como os historiadores trabalham e vendo a gênese e o desenvolvimento de seus textos, entendemos mais claramente a posição e a responsabilidade do autor que, cada vez mais, admite a inutilidade da separação entre a experiência pessoal e a atividade intelectual. Na verdade, gostaria de sugerir que esta forma interdisciplinar de leitura enriquecesse o nosso apreço não só pelas obras históricas, mas por todos os processos de desenvolvimento da história intelectual.

Referências

BARTHES, Roland. Historical Discourse, In: LANE, Michael. **Introduction to Structuralism**. New York: Basic Books, 1970, p. 145–155.

BISSON, Thomas. La terre et les hommes: a programme fulfilled? **French History**, n. 14, p. 322–345, 2000.

- BLOCH, Marc. **Strange Defeat**: A Statement of Evidence Written in 1940. New York: Norton, 1968.
- BRAUDEL, Fernand. **Les écrits de Fernand Braudel**. Les ambitions de l'histoire. Ed. Roselyne de Ayala and Paule Braudel. Paris: Fallois, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. Foreword. In: STOIANOVICH, Traian. **French historical method**: the Annales Paradigm. Ithaca: Cornell UP, 1976.
- BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. **Annales**, ESC XIII, p. 725–753, 1958.
- BRAUDEL, Fernand. **Une leçon d'histoire**. Paris: Arthaud-Flammarion, 1986.
- BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1966. 2 v.
- BRAUDEL, Fernand. Personal Testimony. **Journal of Modern History**, n. 44, p. 448–467, 1972.
- BRAUDEL, Paule. Braudel en captivité. In: CARMIGNANI, Paul. **Autour de F. Braudel**. Perpignan: Presses Universitaires de Perpignan, 2002, p. 13–25.
- BREISACH, Ernst. **On the future of History**: The Postmodernist Challenge and its Aftermath. Chicago: U of Chicago P, 2003.
- CHAUNU, Pierre. **Séville et l'Atlantique**, 1504–1650. Paris: Colin, 1955.
- CRONIN, James E. Memoir, Social History and Commitment: Eric Hobsbawm's Interesting Times. **Journal of Social History**, n. 37, p. 219–231, 2003.
- DAVIS, Natalie Z. **Le retour de Martin Guerre**. Paris: Lafont, 1982.
- DUBY, George. **L'histoire continue**. Paris: Odile Jacob, 1991.
- DUBY, George. **La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise**. Paris: Colin, 1953.
- EIRE, Carlos. **Waiting for snow in Havana**: confessions of a Cuban boy. New York: Free Press, 2003.
- FINLAY, Robert. The refashioning of Martin Guerre. **American Historical Review**, n. 93, p. 553–571, 1988.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. **Vivir para contarla**. Madrid: Mondadori, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **Il Formaggio e i vermi**: Il cosmo di un mugnaio del '500. Torino: Einaudi, 1976.

GOSSMAN, Lionel. History as (Auto)Biography: A Revolution in Historiography, In: DONALDSON-EVANS, Mary; FRAPPIER-MAZUR, Lucienne; PRINCE, Gerald. **Autobiography, Historiography, Rhetoric**. Amsterdam: Rodopi, 1994, p. 103–129.

HAMILTON, Paula. The Knife Edge: debates about Memory and History, In: DARIAN-SMITH, Kate; HAMILTON, Paula. **Memory and History in Twentieth Century Australia**. Melbourne: Oxford UP, 1994, p. 9–32.

HOBSBAWM, Eric. **Interesting Times**: A Twentieth-Century Life. New York: Pantheon, 2002.

KRAMER, Lloyd. Literature, Criticism, and Historical Imagination: The Literary Challenge of Hayden White and Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. **The New Cultural History**. Berkeley: U of California P, 1989, p. 97–128.

KRIEGEL, Annie. **Aux origines du communisme français**. Paris: Mouton, 1964.

KRIEGEL, Annie. **Ce que j'ai cru comprendre**. Paris: Lafont, 1991.

LACAPRA, Dominick. **Representing the Holocaust**: History, Theory, Trauma. Ithaca: Cornell UP, 1994.

LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven L. **Modern European Intellectual History**: Reappraisals and New Perspectives. Ithaca: Cornell UP, 1982, p. 47–85.

LAQUEUR, Walter. **Thursday's Child Has Far to Go**: A Memoir of the Journeying Years. New York: Scribner, 1993.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Les Paysans de Languedoc**. Paris: Mouton, 1966.

NORA, Pierre (ed.). **Essais d'ego-histoire**. Paris: Gallimard, 1987.

POPKIN, Jeremy D. Coordinated Lives: Between Autobiography and Scholarship. **Biography: An Interdisciplinary Quarterly**, n. 24, v. 4, Fall, p. 781–806, 2001.

POPKIN, Jeremy D. Ego-histoire and Beyond: Contemporary French Historian-Autobiographers. **French Historical Studies**, n. 19, v. 4, p. 1139–1167, 1996.

POPKIN, Jeremy D. **History, Historians, and Autobiography**. Chicago: U of Chicago P, 2005.

RORTY, Richard (ed.). **The Linguistic Turn**: Recent Essays in Philosophical Method. Chicago: U of Chicago P, 1967.

SAID, Edward. **Out of Place**: A Memoir. New York: Knopf, 1999.

SCHAMA, Simon. **Rembrandt's Eyes**. New York: Knopf, 1999.

SPIVAK, Gayatri. Explanation and Culture: Marginalia. In: **In Other Worlds: Essays in Cultural Politics**. New York: Methuen, 1987, p. 103–117.

SPIVAK, Gayatri. The Rani of Simur, In: BARKER, Francis et al. **Europe and Its Others**: v. 1, Proceedings of the Essex Conference on the Sociology of Literature. Colchester: University of Essex, 1985.

STONE, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. **Past and Present: A Journal of Historical Studies**, n. 85, p. 1-17, 1979.

STEEDMAN, Caroline. History and Autobiography: Different Pasts. In: **Past Tense: Essays on Writing: Autobiography and History**. London: Rivers Oram, 1992, p. 41–50.

TREVOR-ROPER, Hugh R. Fernand Braudel, the *Annales*, and the Mediterranean. **Journal of Modern History**, p. 46–79, Mar./Dec., 1972.

WEINTRAUB, Karl J. Autobiography and Historical Consciousness. **Critical Inquiry**, p. 821–848, Jun. 1975.

WHITE, Hayden V. Literary Theory and Historical Writing. In: **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1999. 1–27.

WHITE, Hayden V. **Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe**. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1973.

Notas

¹ Texto originalmente publicado com o título “Autobiographical Texts As Historiographical Sources: Rereading Fernand Braudel and Annie Kriegel”, na revista *Biography*, v. 29, n. 3, p. 425-445, verão de 2006, editada pelo *Biographical Research Center*, no Hawaii (EUA).

² São exemplos desse tipo de publicação em distintas tradições historiográficas e de especialistas em diversos temas: Arthur R. M. Lower (*My first Seventy-Five years*, 1967), Sir Keith Hancock (*Professing History*, 1976), Saul Friedländer (*When memory comes*, 1979), Pierre Nora (org.) (*Essais d'ego-histoire*, 1987), Hans A. Schmitt (*Lucky Victim: an ordinary life in extraordinary times, 1933–1946*, 1989), H. Stuart Hughes (*Gentleman Rebel*, 1990), Martin Duberman (*Cures: a gay man's odyssey*, 1991), Georges Duby (*L'histoire continue*, 1991), Howard Zinn (*You can't Be neutral on a Moving Train: a personal History of our times*, 1994), Deirdre McCloskey (*Crossing: a memoir*, 1999), George L. Mosse (*Confronting History*, 2000), Eric Hobsbawm, (*Interesting Times: a Twentieth-Century life*, 2002), John Hope Franklin (*Mirror to America*, 2005), entre outros. No Brasil podemos citar Nelson Werneck Sodré (*Memórias de um Soldado*, 1967, *Memórias de um escritor*, 1970, *A ofensiva reacionária*, 1992, e *A fúria de Calibã*, 1994) e Boris Fausto (*Negócios e ócios: histórias da imigração*, 1997, e *Memórias de um historiador de domingo*, 2010). (N.T.)

³ Nascido em 1948, é professor da Universidade de Kentucky, nos Estados Unidos; pesquisa sobre temas como Revolução Francesa, Revolução Haitiana, autobiografia e estudos judaicos. Inédito no Brasil, seu livro *History, Historians and Autobiography* (2005) apresenta - a partir da influência de Paul Ricoeur - uma análise comparativa de textos autobiográficos de historiadores como Edward Gibbon, Henry Adams, Emmanuel Le Roy Ladurie, Peter Gay, Jill Ker Conway, entre outros, para discutir como essa forma de narrativa oferece elementos para a reflexão sobre o desenvolvimento da historiografia, o trabalho do historiador e o gênero narrativo da autobiografia (N.T.).

⁴ Para mais detalhes sobre as relações entre autobiografia e história, ver WEINTRAUB, 1975; STEEDMAN, 1992; GOSSMAN, 1994; e HAMILTON, 1994. (N.A.)

⁵ Nascida em 1942, em Calcutá, é professora da Universidade de Colúmbia e referência obrigatória dos estudos pós-coloniais, além de tradutora de *Of Grammatology* de Jacques Derrida. No Brasil teve editado seu clássico ensaio *Pode o Subalterno Falar?* (2010). (N.T.)

⁶ Expressão utilizada originalmente em SPIVAK, 1985. A palavra busca expressar as formas como ocorre nos discursos a obliteração da heterogeneidade do Terceiro Mundo enquanto espaço colonizado que é trazido para dentro do “mundo”, ou seja, traduzido/significado dentro de uma perspectiva eurocêntrica.

⁷ Por uma questão operacional, optamos por traduzir os trechos de outros autores citados sem procurar, caso exista, a sua tradução comercial para o português. (N.T.).

⁸ Este estudo faz parte de um projeto maior que analisa os traços autobiográficos na escrita histórica dos principais historiadores europeus e norte-americanos do século XX. Para dar a este artigo uma maior coerência, em ambos os casos os textos históricos considerados são as teses de doutorado dos seus autores. (N.A)

⁹ Edição brasileira em 2003, pela Record, com o título *Viver para contar*. (N.T.)

¹⁰ Alentado livro ainda inédito no Brasil, no qual o erudito historiador da arte e professor de Colúmbia, nascido em 1945 na Inglaterra, narra a forma como a trajetória de dois personagens se interpenetram no século XVII: Rubens, o mestre, e Rembrandt, o discípulo que, de filho de um moleiro, se torna artista rico e reconhecido em Amsterdã, onde se arruina e, a partir de seguidos autoretratos, grava sistematicamente os traços implacáveis de seu envelhecimento. Vide: E. H. Gombrich, *Review of Simon Schama, Rembrandt's Eyes, The New York Review of Books* XLVII, Jan. 20, v. 1, 2000, p. 6-10. (N.T.)

¹¹ Edição brasileira em 1993, pela Zahar, com o título *A história continua*. (N.T.)

¹² Nascido em 1895 e falecido em 1963, escreveu uma polêmica biografia do imperador romano-germânico Frederico II, *Kaiser Friedrich der Zweite* (1927), que se afastou de um enfoque institucional, centralizado em importantes realizações, instituições e conquistas políticas, abordando o personagem de maneira subjetiva e retratando-o como líder político da nação alemã. O trabalho foi acusado de mera mitificação literária e de falta de fundamentação histórica, o que levou o autor a publicar um robusto volume complementar, *Ergänzungsband* (1931), com a documentação histórica que embasava a biografia. Foi perseguido pelo nazismo, migrou para os Estados Unidos, onde teve problemas com o marxismo e escreveu sua grande obra, *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology* (1957). (N.T.)

¹³ “Autobiografia Acadêmica” tem sido definida como um “texto publicado que é apresentado como um relato fiel da vida do próprio autor, escrito por alguém que passou uma parte significativa da vida como um membro profissional de uma disciplina acadêmica, e para quem o papel de tal disciplina em sua vida é evidente, quer no conteúdo ou na construção da narrativa, ou em ambos”. (POPKIN, 2001, p. 802). (N.A.)

¹⁴ Edição brasileira em 2004, pela Companhia das Letras, com o título *Fora do lugar*. (N.T.)

¹⁵ Na contracapa da edição portuguesa Nora (1989) explica: “Que é ego-história? Não se trata de uma autobiografia pretensamente literária, nem de uma profissão de fé abstracta, nem de uma tentativa de psicanálise. O que está em causa é explicar a sua própria história como se fosse de outrem, tentar aplicar a si próprio, seguindo o estilo e os métodos que cada um escolheu, o olhar frio, englobante e explicativo que tantas vezes se lançou sobre os outros. Em resumo, tornar clara, como historiador, a ligação existente entre a história que cada um fez e a história de que cada um é produto”. (N.T.)

¹⁶ A recorrência e legitimidade de biografias e autobiografias no interior de diferentes campos profissionais acadêmicos talvez seja um valioso indicador dos processos internos de legitimação das tradições intelectuais e da capacidade das distintas áreas de compreenderem e incorporarem processos de subjetivação. (N.T.).

¹⁷ A narrativa autobiográfica, condicionada por diversos determinantes interiores e exteriores, individuais e coletivos, quer pelos temas que levanta ou omite, quer pelas referências nas quais se espelha, estabelece uma nova relação com a verdade, não pela factualidade, mas pelo seu significado. (N.T.).

¹⁸ Na definição das memórias de Hobsbawm eu aproximo dois termos aparentemente contraditórios: “memórias documentadas”. Sobre as memórias de Hobsbawm, vide CRONIN, 2003. (N.A.).

¹⁹ Sobre este debate, vide FINLAY, 1988 e a resposta de DAVIS, 1982. (N.A.)

²⁰ Sobre as dificuldades sentidas pelos historiadores ao narrar as histórias de suas carreiras profissionais, vide o capítulo *Speaking of Careers: Historians on Their Professional Lives*, em Popkin (2005, p. 151-183). (N.A.)

²¹ Sobre o historicismo no entreguerras, vide Stone (1979, p. 4-15). (N.A.)

²² Para mais detalhes sobre o cativeiro de Braudel, pode-se consultar o testemunho fascinante de sua esposa Paule (BRAUDEL, 2002). (N.A.).

²³ No prefácio da primeira edição: “Puis-je ajouter, enfin, que, sans la sollicitude affectueuse et énergique de Lucien Febvre, ce travail ne se serait sans doute pas achevé de siôt?” (BRAUDEL, 1966, I, p. 17). Braudel repete a mesma ideia em 1976: “sem ele o Mediterrâneo não iria, sem dúvida, ter visto a luz do dia” – citando mais uma vez a luz. (BRAUDEL, 1966, Prefácio, p. 13). (N.A.).

²⁴ Como o meu foco é a relação entre seu exercício autobiográfico e sua produção acadêmica, eu não posso entrar em detalhes sobre esse vínculo. Mas se o leitor quiser tirar suas próprias conclusões, sugiro especialmente a leitura das páginas 609 a 630. (N.A.).

²⁵ Na tradução portuguesa: BARTHES, Roland. O discurso da história, In: **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 121-130.

Jaume Aurell é Professor do Departamento de História da Universidade de Navarra, na Espanha, é o autor de *La cultura del mercader en la Barcelona del siglo XV* (Omega, 1998, publicado em português como *A Cultura do Mercador na Barcelona do século XV*, pelo Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Ramon Llull em 2008), *La escritura de la memoria. De los positivismos a los postmodernismos* (Universidade de Valênciia, 2005, com tradução em português como *A escrita da história: Dos positivismos aos pós-modernismos*, editado pelo Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Ramon Llull em 2010) e *Authoring the Past: History, Autobiography, and Politics in Medieval Catalonia* (Universidade de Chicago, 2012).

Recebido em 01/04/2014

Aprovado em 09/05/2014